



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

CLIPPING
27 de novembro
de 2020

Blitz Urbana remove barracas improvisadas de ocupantes do abrigo demolido do Largo do Carmo

Equipes da Blitz Urbana trabalham na remoção das barracas improvisadas no entorno do Largo do Carmo (Foto: Gilson Ferreira)

No dia 17 de outubro de 2020, o abrigo do Largo do Carmo da Praça João Lisboa, no Centro de São Luís foi demolido pela Prefeitura. A demolição foi autorizada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e faz parte do conjunto de obras de restauração do logradouro.

Durante a obra de reforma, pessoas que trabalhavam no abrigo foram remanejadas para barracas improvisadas, sob tendas levantadas na Avenida Magalhães de Almeida, num local próximo à entrada da Rua Grande. Nessa quinta-feira (26), a Blitz Urbana acabou com as barracas improvisadas, visto que os trabalhadores foram indenizados.

Joerbert Rabelo Silva, de 51 anos, trabalhou por 35 anos no abrigo do Largo do Carmo. Ao Jornal Pequeno, ele informou que recebeu uma indenização de R\$ 42 mil. "Este valor eu dividi com meus irmãos, pois herdamos o boxe no abrigo do meu pai, que trabalhou muitos anos na estrutura", disse Joerbert, ao informar que, no total, existiam no abrigo dez boxes, e que nessa terça-feira (24), a Blitz Urbana informou oficialmente aos trabalhadores sobre a remoção das barracas improvisadas.

Joerbert informou que todas as pessoas que ocupavam os dez boxes do abrigo foram indenizadas. A indenização foi confirmada pelo defensor público Jean Carlos Nunes, que coordena o Núcleo de **Direitos Humanos** da Defensoria Pública do Estado do Maranhão (DPE-MA).

O antigo Abrigo do Largo do Carmo foi construído no começo da década de 50. Era conhecido como "Come em pé" por ser um local de venda de lanche. Na área funcionavam dez boxes e ainda três bancas. Apesar de ser um abrigo público, os ocupantes receberam uma indenização da Prefeitura.

Site: <https://jornalpequeno.com.br/2020/11/27/blitz-urbana-remove-barracas-improvisadas-de-ocupantes-do-abrigo-demolido-do-largo-do-carmo/>

Iniciada em Imperatriz campanha de incentivo ao combate à violência contra a mulher

Começou nessa quarta-feira (25), uma Campanha de Combate à **Violência Contra Mulher**, em Imperatriz. A ação visa alertar a população sobre a importância da discussão, do comprometimento e do fortalecimento da denúncia para a erradicação das várias formas de violência contra a mulher.

A Coordenadora do Centro de Referência de Atendimento à Mulher (CRAM), Sueli Brito, explica que durante os próximos 15 dias, atividades serão realizadas dando enfoque a mulheres negras e indígenas.

"Nós temos vivido situações de muito **racismo** e violência, então nós temos que abordar esse tema de forma coerente e a discussão com a sociedade deve ser feita a partir dos dados que temos", explica Sueli.

A coordenadora ainda ressalta que a campanha vai abranger também o Dia Mundial da Luta contra a AIDS, internacionalmente definido como o dia 1º de dezembro. Por conta da pandemia da Covid-19, todas as atividades serão realizadas de forma virtual, com divulgação nos veículos de mídia.

Denúncias de violência contra a mulher podem ser feitas ao 190, ao 180 ou ao Disque 100.

Violência contra a mulher no Maranhão De acordo com dados do núcleo especializado da Defensoria Pública do Estado (DPE/ MA), em 2020, o Maranhão já registrou, de janeiro a agosto, um total de 2.400 atendimentos de casos de violência contra a mulher. Isso representa uma média de 300 registros por mês.

Segundo a defensora pública Lindevania Martins, a maior parte dos casos de agressão ocorre no seio familiar, praticada por companheiros e ex-companheiros, com quem a mulher tem filhos. Mulheres com vínculos de dependência financeira e psicológica também estão entre as que mais sofrem.

Site:

<https://oprogresonet.com/arquivos/assinaturas/164/20201127.pdf>

Conselho Municipal dos Direitos da Mulher realiza ações pelo fim da violência contra a mulher

A Prefeitura de Imperatriz, por meio do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, CMDM, realiza ações da Campanha Imperatriz Pelo Fim da Violência Contra a Mulher, com foco no enfrentamento ao **racismo** contra as mulheres negras e indígenas.

O Conselho que atua em Imperatriz desde 1997 visa ampliar o debate na sociedade, buscando alternativas permanentes para o enfrentamento a violência contra as mulheres, garantindo a efetivação da Lei Maria da Penha e da Lei do Feminicídio e as políticas de igualdade racial.

A assistente social, Conceição de Maria Amorim, representante da Sociedade Civil e Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, explica que o órgão faz o controle social das políticas sociais e assessora a administração municipal e câmara de vereadores através de proposições de políticas públicas que discutem e garantem os direitos das mulheres.

"Durante toda a semana que precede o dia 25 de novembro, Dia Latino-americano de luta pelo fim da violência contra a mulher, o Conselho da Mulher realizará distribuição de folder para servidores públicos debatendo a violência racial estrutural contra as mulheres pretas e indígenas, visando compreender a complexidade Patrícia Araújo dessa situação, que tem base sólida e profunda em nossa sociedade, que intensifica e acentua as desigualdades e o preconceito contra as mulheres pretas e indígenas", destaca.

A presidente enfatiza também a importante e conquista da sociedade imperatrizense, junto a Prefeitura de Imperatriz, a partir da Rede de Enfrentamento a Violência Contra a Mulher, com a implantação do Serviço de Responsabilização e Reeducação de autores(as) de Violência Contra a Mulher.

De acordo com Conceição, o Centro atuará de forma articulada com os demais serviços da Rede, contribuindo significativamente para a prevenção e o combate à violência contra as mulheres.

Vale ressaltar que o Conselho trabalha arduamente

com um rol de propostas a serem efetivadas pelos órgãos públicos municipais, que trabalham e promovem o combate ao **racismo** e a violência contra as mulheres, entre eles destaca-se: Instituir programa que estimule o combate a todas as formas de violência de gênero e racial contra as mulheres na iniciativa privada; Implantar os Serviços de Saúde Especializados para o Atendimento de Mulheres em Situação de Violência; Promover a política de atendimento à mulheres em situação de violência por meio da ampliação, fortalecimento, qualificação e integração dos serviços da Rede de Atendimento; Garantir recursos orçamentários para custear a institucionalização e manutenção da rede de atendimento à mulher vítima de violência doméstica e sexual; E produção, sistematização e monitoramento dos dados da violência praticada contra as mulheres no município. (Islene Lima - Ascom)

Site:

<https://oprogressonet.com/arquivos/assinaturas/164/20201127.pdf>

Blitz Urbana remove barracas improvisadas de ocupantes do abrigo demolido do Largo do Carmo

No dia 17 de outubro de 2020, o abrigo do Largo do Carmo da Praça João Lisboa foi demolido pela Prefeitura de São Luís. A demolição foi autorizada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e faz parte do conjunto de obras de restauração do Largo do Carmo.

Durante a obra de reforma do logradouro, pessoas que trabalhavam no abrigo foram remanejadas para barracas improvisadas, sob tendas levantadas na Avenida Magalhães de Almeida, num local próximo à entrada da Rua Grande.

Nessa quinta-feira (26), a Blitz Urbana acabou com as barracas improvisadas, visto que os trabalhadores foram indenizados.

Joerbert Rabelo Silva, de 51 anos, trabalhou por 35 anos no abrigo do Largo do Carmo. Ao Jornal Pequeno, ele informou que recebeu uma indenização de R\$ 42 mil.

"Este valor eu dividi com meus irmãos, pois herdamos o boxe no abrigo do meu pai, que trabalhou muitos anos na estrutura", disse Joerbert, ao informar que, no total, existiam no abrigo dez boxes, e que nessa terça-feira (24), a Blitz Urbana informou oficialmente aos trabalhadores sobre a remoção das barracas improvisadas.

Joerbert informou que todas as pessoas que ocupavam os dez boxes do abrigo foram indenizadas. A indenização foi confirmada pelo defensor público Jean Carlos Nunes, que coordena o Núcleo de **Direitos Humanos** da Defensoria Pública do Estado do Maranhão (DPE-MA).

"Fomos procurados há aproximadamente dez dias, pelos trabalhadores do abrigo que foi demolido. Essas pessoas receberam indenizações, que nós da DPE avaliamos como de baixo valor. A atuação da Defensoria Pública é permitir que essas pessoas continuem tendo fonte de trabalho e renda. E, faremos a identificação dos locais, em feiras e mercados próximos de suas residências, para que elas possam continuar trabalhando", informou Jean Carlos.

O antigo Abrigo do Largo do Carmo foi construído no começo da década de 50. Era conhecido como "Come em pé" por ser um local de venda de lanche. Na área funcionavam dez boxes e ainda três bancas. Apesar de ser um abrigo público, os ocupantes receberam uma indenização da Prefeitura

Site:

<https://impresso.jornalpequeno.com.br/pub/jornalpequeno/?numero=26946>

Postos de combustíveis em São Luís e região passam por fiscalização do Estado e da ANP

Eduardo Ericeira

A Agência Nacional de Petróleo (ANP), Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz), Instituto de Promoção e Defesa do Cidadão e Consumidor do Maranhão (**Procon/MA**) e Instituto de Metrologia e Qualidade Industrial do Maranhão (Inmeq/MA) concluíram a primeira etapa da força-tarefa de fiscalização em 16 postos de combustíveis, durante cinco dias de trabalho.

As fiscalizações foram realizadas nos municípios de São Luís, São José do Ribamar, Raposa, Paço do Lumiar e Icatu, resultando na emissão de 16 autos de infração, três autos de interdição e três autos de apreensão. Cumpre destacar que uma das metas desta força-tarefa é estabelecer fiscalizações permanentes e por todo o estado.

Responsável por verificar o estado geral dos equipamentos das bombas medidoras, o Inmeq conferiu se o volume de combustível medido pelas bombas estava correto, assim como a mangueira, o painel, o bico, o eliminador de ar e gás, o plano de selagem, a lâmpada e os dispositivos de bloqueio estavam em conformidade com as portarias regulatórias do Inmetro. No total foram verificados 69 bicos de combustíveis, constatando problemas de vazamento interno em quatro deles. Não foi constatada nenhuma divergência na quantidade de combustível entregue ao consumidor. Além dos vazamentos foram identificados alguns instrumentos em mau estado de conservação.

Valéria Loiola Mendes, diretora técnica do Inmeq, salienta que apesar do órgão já praticar essas verificações periódicas em todo o estado, a operação é de grande valia uma vez que busca orientar os empresários e reprimir os ilícitos que por ventura estejam sendo praticados.

A ANP, que fiscaliza, entre outros quesitos, a qualidade de combustível, emitiu 14 notificações, oito autos de infração, três autos de interdição e dois autos de apreensão. Os problemas mais graves encontrados foram o funcionamento irregular de dois postos, que estavam com a Inscrição Estadual baixada de ofício perante a Secretaria da Fazenda, e a constatação de problemas na qualidade de um dos combustíveis comercializado por um posto.

Francisco Nelson, superintendente de Fiscalização do Abastecimento, ressaltou que a operação no Maranhão representa a retomada das ações em força-tarefa no Maranhão e irá continuar com trabalhos periódicos de fiscalização em campo e a ampliação do compartilhamento de informações entre as instituições com vistas a identificar e coibir irregularidades no mercado. O **Ministério Público** de Defesa do Consumidor está acompanhando o trabalho realizado e as futuras agendas de fiscalização em todo o Maranhão.

O **Procon**, por sua vez, emitiu oito autos de infração, cinco autos de constatação e um auto de apreensão. A irregularidade mais recorrente foi a falta do Código de Defesa do Consumidor no estabelecimento e ausência de correta exibição dos preços dos combustíveis. Nos casos mais graves, o órgão constatou o uso de máquinas de cartão de crédito sob outro CNPJ, a não emissão de nota fiscal ao consumidor e a ausência de licença dos bombeiros para operar.

A Sefaz, responsável pela coordenação da força-tarefa, atuou verificando a regularidade cadastral dos postos e orientou sobre as obrigações acessórias. Solicitou também a retificação das informações prestadas erroneamente ao órgão. Além disso, gerará autos de infração para os postos que estavam operando irregularmente, a medida da Sefaz visa recuperar o ICMS não recolhido ao Estado.

Felipe Blumel Caldeira, auditor fiscal da Sefaz, avaliou a primeira etapa como satisfatória. "O objetivo para as próximas operações é consolidar a forma de trabalho colaborativa entre os órgãos e estender as atividades para as demais regiões do estado, visando garantir à sociedade o correto funcionamento do setor de varejo de combustíveis", destacou o auditor fiscal.

Site:

<http://blogeduardoericeira.blogspot.com/2020/11/postos-de-combustiveis-em-sao-luis-e.html>

Suspensa festa comemorativa do prefeito eleito em Coelho Neto

Eduardo Ericeira

Atendendo a pedido do **Ministério Público** do Maranhão, formulado em parceria com a Defensoria Pública do Maranhão, a Justiça suspendeu, em caráter liminar, nesta quinta-feira, 26, o show Festa da Vitória, anunciada para o dia 27 de novembro (sexta), no local chamado Corredor da Alegria, no município de Coelho Neto.

A suspensão se estende a qualquer evento cuja natureza importe em aglomeração de pessoas neste ou em outro local, público ou privado, nos termos das normas sanitárias municipais e estaduais. Em caso de descumprimento, foi estipulado o pagamento de multa no valor de R\$ 100 mil.

De acordo com o documento, a característica do show, que teria como atração principal o artista Matheus Fernandes, desrespeita as normas sanitárias. Além disso, o evento estaria ganhando maiores proporções após inúmeras divulgações nas redes sociais, especialmente nas do prefeito eleito Bruno Silva

A **Ação Civil Pública** requerendo a suspensão do show teve como base legislações sanitárias referentes à pandemia do novo coronavírus (Covid-19), como os Decretos Municipais n° 459/2020, 431/2020, 563/2020 e 581/2020, bem como o Decreto Estadual n° 36.203, de 30 de setembro de 2020.

Site:

<http://blogeduardoericeira.blogspot.com/2020/11/suspensa-festa-comemorativa-do-prefeito.html>

ARARI - MPMA recomenda a continuidade das atividades remotas nas escolas

O **Ministério Público** do Maranhão enviou, na segunda-feira, 23, Recomendação ao Município de Arari para que sejam mantidas as medidas restritivas de isolamento nas escolas públicas municipais e nas particulares, incluindo as creches, com a permanência das atividades pedagógicas remotas até que as autoridades científicas definam que as **aulas** presenciais possam ser oferecidas com segurança. O objetivo é minimizar os impactos decorrentes da pandemia de **Covid-19**.

Destinado diretamente ao prefeito Djalma de Melo Machado e ao secretário municipal de Educação, Fabrício Sousa Santana, o documento trata da necessidade de realização de planejamento pedagógico e administrativo para a retomada das atividades escolares, com as práticas pedagógicas remotas que se fizerem necessárias.

De autoria da promotora de justiça Patrícia Fernandes Gomes Costa Ferreira, a Recomendação prevê também que devem ser feitos relatórios e pesquisas de impacto sobre o retorno da comunidade escolar às atividades presenciais no grau de contaminação e na estrutura de saúde para o combate à **Covid-19**. Deve ser elaborado um plano estrutural na rede de ensino, com diagnóstico da situação, alternativas de solução do problema e demais elementos resolutivos enfrentados na pandemia.

O **Ministério Público** recomenda, ainda, a continuidade das ações pedagógicas remotas (impresas ou virtuais) e a readequação do calendário escolar. As ações devem ser efetivadas nos termos do Parecer nº 05/2020, do Conselho Nacional de Educação, a fim de minimizar os prejuízos oriundos do afastamento do aluno do ambiente físico da escola.

Com relação às avaliações de conclusão do ano letivo, o documento ministerial orienta que elas, além de levarem em consideração as diferentes situações enfrentadas pelos estudantes, deverão assegurar a todos as mesmas oportunidades e observar os conteúdos efetivamente ofertados durante a pandemia, a fim de evitar a reprovação e o aumento da evasão escolar.

MESMO CALENDÁRIO DE RETORNO

No último item, a Recomendação ao Município de

Arari sugere que, uma vez constatadas as condições sanitárias adequadas para o retorno das atividades escolares presenciais, seja obedecido um mesmo calendário de retorno, tanto para a rede pública como para a rede particular de ensino. Segundo a titular da Promotoria de Justiça de Arari, a medida está baseada em um dos fundamentos Constituição Federal, "que tem a educação como espaço de fundamental importância direcionado à redução das desigualdades sociais e regionais".

Foi estabelecido o prazo de 48 horas para que o Município de Arari envie ao **Ministério Público** todas as informações relativas ao atendimento das medidas previstas na Recomendação.

Site: <https://omaranhense.com/arari-mpma-recomenda-a-continuidade-das-atividades-remotas-nas-escolas/>

Postos de combustíveis em São Luís e região passam por fiscalização

Redação

A Agência Nacional de Petróleo (ANP), Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz), Instituto de Promoção e Defesa do Cidadão e Consumidor do Maranhão (**Procon/MA**) e Instituto de Metrologia e Qualidade Industrial do Maranhão (Inmeq/MA) concluíram a primeira etapa da força-tarefa de fiscalização em 16 postos de combustíveis, durante cinco dias de trabalho.

As fiscalizações foram realizadas nos municípios de São Luís, São José do Ribamar, Raposa, Paço do Lumiar e Icatu, resultando na emissão de 16 autos de infração, três autos de interdição e três autos de apreensão. Cumpre destacar que uma das metas desta força-tarefa é estabelecer fiscalizações permanentes e por todo o estado.

Responsável por verificar o estado geral dos equipamentos das bombas medidoras, o Inmeq conferiu se o volume de combustível medido pelas bombas estava correto, assim como a mangueira, o painel, o bico, o eliminador de ar e gás, o plano de selagem, a lâmpada e os dispositivos de bloqueio estavam em conformidade com as portarias regulatórias do Inmetro. No total foram verificados 69 bicos de combustíveis, constatando problemas de vazamento interno em quatro deles. Não foi constatada nenhuma divergência na quantidade de combustível entregue ao consumidor. Além dos vazamentos foram identificados alguns instrumentos em mau estado de conservação.

A ANP, que fiscaliza, entre outros quesitos, a qualidade de combustível, emitiu 14 notificações, oito autos de infração, três autos de interdição e dois autos de apreensão. Os problemas mais graves encontrados foram o funcionamento irregular de dois postos, que estavam com a Inscrição Estadual baixada de ofício perante a Secretaria da Fazenda, e a constatação de problemas na qualidade de um dos combustíveis comercializado por um posto.

O **Ministério Público** de Defesa do Consumidor está acompanhando o trabalho realizado e as futuras agendas de fiscalização em todo o Maranhão.

O **Procon**, por sua vez, emitiu oito autos de infração, cinco autos de constatação e um auto de apreensão. A

irregularidade mais recorrente foi a falta do Código de Defesa do Consumidor no estabelecimento e ausência de correta exibição dos preços dos combustíveis. Nos casos mais graves, o órgão constatou o uso de máquinas de cartão de crédito sob outro CNPJ, a não emissão de nota fiscal ao consumidor e a ausência de licença dos bombeiros para operar.

A Sefaz, responsável pela coordenação da força-tarefa, atuou verificando a regularidade cadastral dos postos e orientou sobre as obrigações acessórias. Solicitou também a retificação das informações prestadas erroneamente ao órgão. Além disso, gerará autos de infração para os postos que estavam operando irregularmente, a medida da Sefaz visa recuperar o ICMS não recolhido ao Estado.

Site: <https://www.ma10.com.br/2020/11/27/postos-de-combustiveis-em-sao-luis-e-regiao-passam-por-fiscalizacao/>

Carro roubado no Piauí é recuperado no município de Caxias, no Maranhão

CAXIAS - A Polícia Civil do **Maranhão** apreendeu na manhã dessa quinta-feira (26), na cidade de Caxias, o veículo Hyundai, ano 2015, cor branca, tomado por assalto na quarta-feira (25), em Teresina, no Piauí.

A operação policial foi uma ação conjunta realizada pelas equipes da Delegacia de Combate ao Narcotráfico (Denarc) e Delegacia de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP) de Caxias, com apoio do **Gaeco** da regional de Timon.

De acordo com a Polícia Civil, as investigações do caso continuam para localizar e prender os suspeitos do crime.

Site:

<https://imirante.com/caxias/noticias/2020/11/27/carro-roubado-no-piaui-e-recuperado-no-municipio-de-caxias-no-maranhao.shtml>

Operação da Polícia Civil apreende drogas e armas em Caxias

A Polícia Civil do **Maranhão** apreendeu, na tarde de quarta-feira (25), aproximadamente 26 kg de maconha prensada, cerca de 10 gramas de pó branco similar a cocaína, três rádios comunicadores, uma espingarda com cinco cartuchos intactos, além de uma balança digital, e um par de placas e peça interna de um veículo Fiat Uno, roubado em Teresina/PI.

O material apreendido estava no interior de uma residência alugada na cidade de Caxias/MA e no momento da ação policial não havia morador na casa. De acordo com a investigação, as placas pertencem a um veículo roubado e que foi apreendido pela PRF na última terça-feira (24). Durante a abordagem da PRF foi encontrado 2 kg de maconha no interior do veículo e o casal que estava no carro foi preso.

A operação é resultado de investigação conjunta realizada pela Delegacia de Combate ao Narcotráfico (Denarc) de Caxias e o Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (**Gaeco**/MP) de Timon, com apoio da Departamento de Homicídios e de Proteção à Pessoa (DHPP) Caxias e a 17ª Delegacia Regional Caxias. A investigação prossegue através da Denarc de Caxias.

Site: <https://oquartopoder.com/policia/operacao-da-policia-civil-apreende-drogas-e-armas-em-caxias/>

COELHO NETO - Suspensa festa comemorativa do prefeito eleito

Atendendo a pedido do **Ministério Público** do Maranhão, formulado em parceria com a Defensoria Pública do Maranhão, a Justiça suspendeu, em caráter liminar, nesta quinta-feira, 26, o show Festa da Vitória, anunciada para o dia 27 de novembro (sexta), no local chamado Corredor da Alegria, no município de Coelho Neto.

A suspensão se estende a qualquer evento cuja natureza importe em aglomeração de pessoas neste ou em outro local, público ou privado, nos termos das normas sanitárias municipais e estaduais. Em caso de descumprimento, foi estipulado o pagamento de multa no valor de R\$ 100 mil.

De acordo com o documento, a característica do show, que teria como atração principal o artista Matheus Fernandes, desprezita as normas sanitárias. Além disso, o evento estaria ganhando maiores proporções após inúmeras divulgações nas redes sociais, especialmente nas do prefeito eleito Bruno Silva

A **Ação Civil Pública** requerendo a suspensão do show teve como base legislações sanitárias referentes à pandemia do novo coronavírus (Covid-19), como os Decretos Municipais nº 459/2020, 431/2020, 563/2020 e 581/2020, bem como o Decreto Estadual nº 36.203, de 30 de setembro de 2020.

Site: <https://omaranhense.com/coelho-neto-suspensa-festa-comemorativa-do-prefeito-eleito/>

Postos de combustíveis em São Luís e região passam por fiscalização do Estado e da ANP

A Agência Nacional de Petróleo (ANP), Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz), Instituto de Promoção e Defesa do Cidadão e Consumidor do Maranhão (**Procon/MA**) e Instituto de Metrologia e Qualidade Industrial do Maranhão (Inmeq/MA) concluíram a primeira etapa da força-tarefa de fiscalização em 16 postos de combustíveis, durante cinco dias de trabalho.

As fiscalizações foram realizadas nos municípios de São Luís, São José do Ribamar, Raposa, Paço do Lumiar e Icatu, resultando na emissão de 16 autos de infração, três autos de interdição e três autos de apreensão. Cumpre destacar que uma das metas desta força-tarefa é estabelecer fiscalizações permanentes e por todo o estado.

Responsável por verificar o estado geral dos equipamentos das bombas medidoras, o Inmeq conferiu se o volume de combustível medido pelas bombas estava correto, assim como a mangueira, o painel, o bico, o eliminador de ar e gás, o plano de selagem, a lâmpada e os dispositivos de bloqueio estavam em conformidade com as portarias regulatórias do Inmetro. No total foram verificados 69 bicos de combustíveis, constatando problemas de vazamento interno em quatro deles. Não foi constatada nenhuma divergência na quantidade de combustível entregue ao consumidor. Além dos vazamentos foram identificados alguns instrumentos em mau estado de conservação.

Valéria Loiola Mendes, diretora técnica do Inmeq, salienta que apesar do órgão já praticar essas verificações periódicas em todo o estado, a operação é de grande valia uma vez que busca orientar os empresários e reprimir os ilícitos que por ventura estejam sendo praticados.

A ANP, que fiscaliza, entre outros quesitos, a qualidade de combustível, emitiu 14 notificações, oito autos de infração, três autos de interdição e dois autos de apreensão. Os problemas mais graves encontrados foram o funcionamento irregular de dois postos, que estavam com a Inscrição Estadual baixada de ofício perante a Secretaria da Fazenda, e a constatação de problemas na qualidade de um dos combustíveis comercializado por um posto.

Francisco Nelson, superintendente de Fiscalização do

Abastecimento, ressaltou que a operação no Maranhão representa a retomada das ações em força-tarefa no Maranhão e irá continuar com trabalhos periódicos de fiscalização em campo e a ampliação do compartilhamento de informações entre as instituições com vistas a identificar e coibir irregularidades no mercado. O **Ministério Público** de Defesa do Consumidor está acompanhando o trabalho realizado e as futuras agendas de fiscalização em todo o Maranhão.

O **Procon**, por sua vez, emitiu oito autos de infração, cinco autos de constatação e um auto de apreensão. A irregularidade mais recorrente foi a falta do Código de Defesa do Consumidor no estabelecimento e ausência de correta exibição dos preços dos combustíveis. Nos casos mais graves, o órgão constatou o uso de máquinas de cartão de crédito sob outro CNPJ, a não emissão de nota fiscal ao consumidor e a ausência de licença dos bombeiros para operar.

Adaltina Queiroga, presidente do **Procon/MA**, destacou o esforço conjunto. "A fiscalização dos postos de combustíveis inclui variáveis que vão além dos preços praticados, chegando especialmente na qualidade dos produtos oferecidos, com essa atuação conjunta conseguimos alcançar todos esses fatores envolvidos, garantindo os direitos do consumidor", disse.

A Sefaz, responsável pela coordenação da força-tarefa, atuou verificando a regularidade cadastral dos postos e orientou sobre as obrigações acessórias. Solicitou também a retificação das informações prestadas erroneamente ao órgão. Além disso, gerará autos de infração para os postos que estavam operando irregularmente, a medida da Sefaz visa recuperar o ICMS não recolhido ao Estado.

Felipe Blumel Caldeira, auditor fiscal da Sefaz, avaliou a primeira etapa como satisfatória. "O objetivo para as próximas operações é consolidar a forma de trabalho colaborativa entre os órgãos e estender as atividades para as demais regiões do estado, visando garantir à sociedade o correto funcionamento do setor de varejo de combustíveis", destacou o auditor fiscal.

Site: <https://omaranhense.com/postos-de-combustiveis-em-sao-luis-e-regiao-passam-por-fiscalizacao-do-estado-e-da-anp/>

Carro roubado em Teresina é encontrado em Caxias

Da Redação

Na manhã da última quinta-feira (26), a polícia apreendeu na cidade de Caxias, interior do **Maranhão**, um veículo Hyundai, ano 2015, cor branca, tomado por assalto na última quarta-feira (25), em Teresina, no Piauí.

A operação policial foi uma ação conjunta realizada pelas equipes da Delegacia de Combate ao Narcotráfico (Denarc) e Delegacia de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP) de Caxias, com apoio do **Gaeco** da regional de Timon.

De acordo com Polícia Civil, as investigações do caso continuam para localizar e prender os suspeitos do crime.

Site: <https://oimparcial.com.br/policia/2020/11/carro-roubado-em-teresina-e-encontrado-em-caxias/>

Suspensa festa comemorativa do prefeito eleito em Coelho Neto

Foto: Reprodução

Atendendo a pedido do **Ministério Público** do Maranhão , formulado em parceria com a Defensoria Pública do Maranhão , a Justiça suspendeu , em caráter liminar, nesta quinta-feira, 26, o show Festa da Vitória , anunciada para o dia 27 de novembro (sexta) , no local chamado Corredor da Alegria, no município de Coelho Neto .

A suspensão se estende a qualquer evento cuja natureza importe em aglomeração de pessoas neste ou em outro local, público ou privado, nos termos das normas sanitárias municipais e estaduais. Em caso de descumprimento, foi estipulado o pagamento de multa no valor de R\$ 100 mil.

De acordo com o documento, a característica do show, que teria como atração principal o artista Matheus Fernandes, desrespeita as normas sanitárias. Além disso, o evento estaria ganhando maiores proporções após inúmeras divulgações nas redes sociais, especialmente nas do prefeito eleito Bruno Silva

A **Ação Civil Pública** requerendo a suspensão do show teve como base legislações sanitárias referentes à pandemia do novo coronavírus (Covid-19), como os Decretos Municipais nº 459/2020, 431/2020, 563/2020 e 581/2020, bem como o Decreto Estadual nº 36.203, de 30 de setembro de 2020.

Site: <https://jornalpequeno.com.br/2020/11/27/suspensa-festa-comemorativa-do-prefeito-eleito-em-coelho-neto/>

Postos de combustíveis em São Luís e região passam por fiscalização do Estado e da ANP

SÃO LUÍS - A Agência Nacional de Petróleo (ANP), Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz), Instituto de Promoção e Defesa do Cidadão e Consumidor do Maranhão (**Procon-MA**) e Instituto de Metrologia e Qualidade Industrial do Maranhão (Inmeq-MA) concluíram a primeira etapa da força-tarefa de fiscalização em 16 postos de combustíveis, durante cinco dias de trabalho.

As fiscalizações foram realizadas nos municípios de São Luís, São José do Ribamar, Raposa, Paço do Lumiar e Icatu, resultando na emissão de 16 autos de infração, três autos de interdição e três autos de apreensão. Cumpre destacar que uma das metas desta força-tarefa é estabelecer fiscalizações permanentes e por todo o Estado.

Responsável por verificar o estado geral dos equipamentos das bombas medidoras, o Inmeq conferiu se o volume de combustível medido pelas bombas estava correto, assim como a mangueira, o painel, o bico, o eliminador de ar e gás, o plano de selagem, a lâmpada e os dispositivos de bloqueio estavam em conformidade com as portarias regulatórias do Inmetro. No total foram verificados 69 bicos de combustíveis, constatando problemas de vazamento interno em quatro deles. Não foi constatada nenhuma divergência na quantidade de combustível entregue ao consumidor. Além dos vazamentos foram identificados alguns instrumentos em mau estado de conservação.

Valéria Loiola Mendes, diretora técnica do Inmeq, salienta que apesar do órgão já praticar essas verificações periódicas em todo o estado, a operação é de grande valia uma vez que busca orientar os empresários e reprimir os ilícitos que por ventura estejam sendo praticados.

A ANP, que fiscaliza, entre outros quesitos, a qualidade de combustível, emitiu 14 notificações, oito autos de infração, três autos de interdição e dois autos de apreensão. Os problemas mais graves encontrados foram o funcionamento irregular de dois postos, que estavam com a Inscrição Estadual baixada de ofício perante a Secretaria da Fazenda, e a constatação de problemas na qualidade de um dos combustíveis comercializado por um posto.

Francisco Nelson, superintendente de Fiscalização do

Abastecimento, ressaltou que a operação no Maranhão representa a retomada das ações em força-tarefa no Maranhão e irá continuar com trabalhos periódicos de fiscalização em campo e a ampliação do compartilhamento de informações entre as instituições com vistas a identificar e coibir irregularidades no mercado. O **Ministério Público** de Defesa do Consumidor está acompanhando o trabalho realizado e as futuras agendas de fiscalização em todo o Maranhão.

O **Procon**, por sua vez, emitiu oito autos de infração, cinco autos de constatação e um auto de apreensão. A irregularidade mais recorrente foi a falta do Código de Defesa do Consumidor no estabelecimento e ausência de correta exibição dos preços dos combustíveis. Nos casos mais graves, o órgão constatou o uso de máquinas de cartão de crédito sob outro CNPJ, a não emissão de nota fiscal ao consumidor e a ausência de licença dos bombeiros para operar.

Adaltina Queiroga, presidente do **Procon/MA**, destacou o esforço conjunto. "A fiscalização dos postos de combustíveis inclui variáveis que vão além dos preços praticados, chegando especialmente na qualidade dos produtos oferecidos, com essa atuação conjunta conseguimos alcançar todos esses fatores envolvidos, garantindo os direitos do consumidor", disse.

A Sefaz, responsável pela coordenação da força-tarefa, atuou verificando a regularidade cadastral dos postos e orientou sobre as obrigações acessórias. Solicitou também a retificação das informações prestadas erroneamente ao órgão. Além disso, gerará autos de infração para os postos que estavam operando irregularmente, a medida da Sefaz visa recuperar o ICMS não recolhido ao Estado.

Felipe Blumel Caldeira, auditor fiscal da Sefaz, avaliou a primeira etapa como satisfatória. "O objetivo para as próximas operações é consolidar a forma de trabalho colaborativa entre os órgãos e estender as atividades para as demais regiões do estado, visando garantir à sociedade o correto funcionamento do setor de varejo de combustíveis", destacou o auditor fiscal.

Site: <https://imirante.com/sao-luis/noticias/2020/11/27/postos-de-combustiveis-em-sao-luis-e-regiao-passam-por-fiscalizacao-do-estado-e-da-anp>

anp.shtml